

RENATA COUTO MOREIRA
LUIZ JORGE MENDONÇA (ORGS.)

DEPENDÊNCIA, QUESTÃO AGRÁRIA E MUDANÇAS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA



expressão
POPULAR

DEPENDÊNCIA, QUESTÃO
AGRÁRIA E MUDANÇAS
SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA

Renata Couto Moreira
Luiz Jorge Vasconcellos Pessoa de Mendonça
(Orgs.)

DEPENDÊNCIA, QUESTÃO
AGRÁRIA E MUDANÇAS
SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA

1ª edição
EXPRESSÃO POPULAR
São Paulo – 2022

Copyright © 2022, by Editora Expressão Popular

Produção editorial: Aline Piva

Revisão: Luiza Trocolli, Dulcineia Pavan, Cecília Luedemann

Projeto gráfico e diagramação: *ZAP Design*

Capa: *Gabrielle Sodré*

Impressão e acabamento: *Assabi Gráfica e Editora Ltda*

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

D419 Dependência, questão agrária e mudanças sociais na América Latina / Renata Couto Moreira, Luiz Jorge Vasconcellos Pessoa de Mendonça (org.) -- 1.ed.-- São Paulo : Expressão Popular, 2022. 409 p. : il.

ISBN 978-65-5891-054-1

1. Questão Agrária – América Latina. 2. Lutas sociais – América Latina. 3. Teoria marxista da dependência. I. Moreira, Renata Couto. II. Mendonça, Luiz Jorge Vasconcellos Pessoa de. III. Título.

CDU 333.013.6(8=6)

Catalogação na Publicação: Eliane M. S. Jovanovich - CRB 9/1250

Todos os direitos reservados.

Nenhuma parte deste livro pode ser utilizada ou reproduzida sem a autorização da editora.

1ª edição: setembro de 2022

EDITORA EXPRESSÃO POPULAR

Rua Abolição, 197 – Bela Vista

CEP 01319-010 – São Paulo – SP

Tel: (11) 3112-0941 / 3105-9500

livraria@expressaopopular.com.br

www.expressaopopular.com.br

 ed.expressaopopular

 editoraexpressaopopular

SUMÁRIO

| | |
|-----------------------------|---|
| Apresentação..... | 7 |
| <i>Renata Couto Moreira</i> | |

EIXO 1: A TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA: HISTÓRIA, CATEGORIAS E REVOLUÇÃO SOCIALISTA

| | |
|---|----|
| Dependência, superexploração e a questão da terra na América Latina..... | 19 |
| <i>Renata Couto Moreira</i> | |

| | |
|--|----|
| A superexploração da força de trabalho enquanto categoria específica da acumulação e apropriação de riqueza nos países dependentes..... | 39 |
| <i>Camilla dos Santos Nogueira</i> | |

| | |
|---|----|
| Troca desigual, dependência e superexploração: fundamentos históricos e teóricos | 65 |
| <i>Vinicius Vieira Pereira</i> | |

| | |
|--|----|
| Ainda a categoria superexploração da força de trabalho: novas reflexões sobre velhas controvérsias..... | 97 |
| <i>Marisa Silva Amaral</i> | |

| | |
|---|-----|
| A trabalhadora rural no capitalismo dependente..... | 117 |
| <i>Maisa Maria Baptista Prates do Amaral</i> | |

| | |
|--|-----|
| Feminismo e revolução socialista na América Latina | 165 |
| <i>Renata Couto Moreira</i> | |

EIXO 2: MOVIMENTOS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA E REVOLUÇÃO NO SÉCULO XXI

| | |
|--|-----|
| Superexploração no século XXI: o renovado debate internacional em torno da categoria e proposta de síntese | 191 |
| <i>Rodrigo Emmanuel Santana Borges, Camilla dos Santos Nogueira, Pollyanna Paganoto Moura e Aline Faé Stocco</i> | |

| | |
|--|-----|
| Dependência no século XXI e o saque aos tesouros das terras latino-americanas..... | 225 |
| <i>Renata Couto Moreira</i> | |
| Políticas neoliberais, dependência e reforma agrária no Brasil..... | 263 |
| <i>Renata Couto Moreira, Marina de Abreu Queiroz, Máisa Maria Baptista Prates do Amaral, Raul Ristow Krauser e Larissa Castro Loyola</i> | |
| Mulheres Sem Terra e feminismo camponês popular na América Latina..... | 317 |
| <i>Renata Couto Moreira e Máisa Maria Baptista Prates do Amaral</i> | |
| Políticas sociais no Chile: uma perspectiva histórica das políticas liberais e seus limites..... | 355 |
| <i>Luiz Jorge V. P. Mendonça</i> | |
| Arquipélagos de politização na América Latina: o zapatismo mexicano e suas ressonâncias..... | 381 |
| <i>Márgara Millán</i> | |
| Sobre os autores | 407 |

APRESENTAÇÃO

RENATA COUTO MOREIRA

A atualidade da práxis e a práxis na atualidade

Após a Segunda Guerra Mundial, duas vertentes principais de interpretação dos problemas do subdesenvolvimento enfrentados pelos países latino-americanos deram a tônica às críticas ao debate internacional e aos planos e modelos neoclássicos que tratavam o crescimento econômico como sinônimo de desenvolvimento para a América Latina e Caribe (Bambirra, 1977).¹ De um lado estava a crítica marxista, base de sustentação das teses de muitos partidos comunistas da época, e, de outro, a crítica estruturalista, cujas pesquisas tomaram corpo a partir do estabelecimento da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (Cepal) em 1948 no Chile, pela Organização das Nações Unidas (ONU). Apesar de corpos teóricos e análises bastante distintas, ambas se alinhavam na possibilidade de um desenvolvimento nacional e autônomo por parte dos países latino-americanos, e isto sem que houvesse uma ruptura sistêmica *a priori*. A primeira vertente supunha tal avanço a partir da aliança de classes entre trabalhadores e burgueses em defesa de um projeto nacionalista autônomo de revolução burguesa. A segunda, por seu turno, defendia o

¹ Bambirra, Vânia. *Teoria de la dependencia: una anticrítica*. México: Coletivo Amauta, 1977.

“desenvolvimento” pela burguesia industrial e por políticas desenvolvimentistas de industrialização, guiadas pelo Estado via planejamento nacional.

Desse modo, dado o contexto posterior nos anos 1960, de crise estrutural do capitalismo, nesse período – que se manifestou em suas várias dimensões, econômica, política e social – a crítica marxista latino-americana a estas vertentes, por meio da teorização das relações de dependência, coloca em xeque justamente a possibilidade de desenvolvimento autônomo ou de uma revolução burguesa na América Latina. Por um lado, os primeiros estudos partiram das teses sobre o imperialismo como fase superior do capitalismo, retomando debates de Lenin, Rosa Luxemburgo, Hilferding e Bukharin. Por outro, tais estudos também incorporaram reflexões sobre a situação colonial abordada por Marx e Engels posteriormente à obra *O capital*. A partir da concepção constituída sobre o desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo em sua totalidade, o texto seminal de Andre Gunder Frank (1967)² propõe uma inversão na interpretação do subdesenvolvimento como etapa anterior para o desenvolvimento econômico. Para o autor, o subdesenvolvimento dos países da América Latina se reproduzia, ao contrário das perspectivas teóricas anteriores, não em razão da falta e/ou da necessidade de desenvolver os mercados e a indústria capitalista em tais países; ele era de fato decorrente deste desenvolvimento no plano mundial.

Gunder Frank (1967) fundamenta sua argumentação na relação de “desenvolvimento do subdesenvolvimento”. Nessa perspectiva, o subdesenvolvimento da América Latina passaria a ser explicado como uma condição/forma de ser no contexto

² Frank, Andre Gunder. “El desarrollo del subdesarrollo”. *Pensamiento Crítico*, Habana, n. 7, p. 158-172, agosto de 1967.

da economia mundial, que se mantém justamente em função do processo de reprodução capitalista, desigual e combinado. A dependência das economias latino-americanas constitui, nessa perspectiva, a base econômica do “desenvolvimento desigual e combinado”, consubstanciando-se por meio do domínio dos países latino-americanos. Além disso, com o processo de disputa econômica e geopolítica entre os Estados Unidos da América (EUA) e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) no pós-Segunda Guerra, conforme indicado por Bambirra (1977), um novo padrão de acumulação do capital se estabelece no mundo. Os investimentos estrangeiros diretos das empresas multinacionais nos países subdesenvolvidos tornam-se cada vez mais centrais para a acumulação mundial de capital, e esses, subordinados e reproduzindo esta divisão internacional do trabalho.

É importante observar que, associado a esse processo, intensificou-se o fluxo de capitais e de financiamentos em decorrência do aumento da liquidez internacional durante os anos 1970. Os empréstimos e financiamentos se multiplicavam por meio das instituições internacionais, tais como o Banco Interamericano de Investimento (BID), o Banco Mundial (Bird) e o Fundo Monetário Internacional (FMI). Esse período, não à toa, consistiu no auge dos milagres econômicos e da formulação da ideologia nacionalista nos países latino-americanos. No Brasil, como exemplo, se configuraram, desde o governo Kubitschek, a partir da influência dos estudos do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb). Como se percebe, esse auge veio acompanhado de um novo modelo de acumulação de capital, pouco compatível com uma democracia liberal burguesa. No contexto da América Latina, com os avanços do imperialismo dos EUA sobre o continente e a polarização da Guerra Fria nos anos 1970 e 1980, intelectuais da esquerda latina, como

Ruy Mauro Marini, Theotonio dos Santos e Vânia Bambirra – tornaram-se leituras fundamentais nos processos de formação política de militantes de muitas organizações revolucionárias e movimentos socialistas.

No final do século XX, o mundo viu o desenvolvimento do capitalismo se ampliar – por meio da globalização comercial, produtiva e financeira. Esse novo momento da economia mundial foi demarcado pela intensificação do comércio de bens e serviços, pela maior participação internacional das operações produtivas das empresas transnacionais – e pela intensa circulação do capital internacional. Esse último aspecto pode ser considerado a principal característica da nova dinâmica do capitalismo mundial. Diante da globalização, os países passam a criar condições econômicas internas para aumentar o grau de abertura externa de suas economias e de desregulamentação de seus mercados, com redução da participação estatal na concepção de Estado Mínimo, a despeito das necessidades básicas não satisfeitas de um enorme contingente da população. Dessa forma, políticas neoliberais foram implementadas em diversos países, buscando efetivamente desmontar o Estado de Bem-Estar Social e Democrático de Direitos em nome da idílica e pretensa concorrência perfeita do livre mercado.

A partir da abertura comercial e financeira, permite-se a livre mobilidade dos bens e serviços e do fluxo de capital entre as diversas economias. Essa nova dinâmica econômica, consubstanciada na primazia das ditas “leis de mercado”, apresenta-se como condição necessária para o desenvolvimento econômico, sobretudo em economias dependentes. Tal leitura, claramente neoclássica, interpreta a dependência apenas como um tipo de “subdesenvolvimento”, que poderia ser suplantado pelo ideário neoliberal de intensificação da desregulamentação do mercado da maioria das economias mundiais. No entanto, essas medidas

liberalizantes apenas potencializam os fluxos internacionais de capitais e o crescimento de uma forma específica do capital portador de juros: o capital fictício.³ Essa internacionalização financeira ficou conhecida como globalização financeira ou mundialização financeira (Chesnais, 1999). Cabe frisar que, após anos de aplicação desses princípios econômicos, os países latino-americanos não conheceram quaisquer melhorias nas condições de produção e reprodução econômica e social. Ao contrário, só aprofundaram a crise. As condições impostas pelas agências internacionais se alteram substancialmente, tendo em vista os objetivos de estabilização da inflação, o aumento sem precedentes da taxa de juros internacional e a premissa de necessidade de controle dos gastos públicos. Usam, assim, o balanço de pagamentos e a proteção jurídica como forma de dar segurança aos investimentos estrangeiros.

A incorporação dos mercados de economias dependentes no processo de desenvolvimento da globalização financeira ocorreu, na prática, por meio da disseminação e da implementação dos princípios das políticas econômicas neoliberais. A partir do Consenso de Washington em 1989, tais políticas e os seus respectivos ajustes econômicos passaram a ser impostas aos países dependentes latino-americanos, como forma exclusiva e suficiente para a resolução de superação da crise econômica iniciada na década de 1980. Isso, entretanto, a despeito dos efeitos deletérios para os trabalhadores, tanto em termos de

³ Para Nakatani (2000, p. 214), “esse conjunto de fontes produziu um crescimento sem precedentes de capital monetário descolado da acumulação real, que busca valorizar-se em uma forma específica do capital portador de juros: o capital fictício. Essa forma do capital tem como característica fundamental seu comportamento especulativo e como objetivo a obtenção de renda sem produção de riqueza material; o que o caracteriza como parasitário”. Este, sim, se alimenta sem nada produzir, como um vampiro parasita.

condições gerais de trabalho e emprego, quanto da remuneração recebida. Efeitos esses que por si sós requerem e justificam uma contraposição teórica e prática contundente.

Portanto, é a partir da perspectiva de práxis revolucionária que compreendemos as ideias dos intelectuais citados. Trata-se de debates e interpretações construídas em um contexto sociopolítico e econômico concreto, e por isso, são um marco importante para a história dos movimentos sociais em nossa região. Reafirmamos o materialismo histórico dialético como práxis revolucionária, que articula necessariamente o debate das categorias aos processos reais e atuais de polarização entre as classes e forças sociais do continente latino-americano. Acrescentam-se, ainda, reflexões a respeito de processos e tendências antidemocráticas e fascistas, e também sobre os processos bolivarianos de construção de alternativas socialistas ao longo do século XXI. Dentre eles, destacamos as lutas sociais no Brasil, México e Chile.

Consideramos, no entanto, que a particularidade desses casos reside no fato de que as políticas ditas neoliberais que se impuseram nos países latino-americanos nessa época – já estavam em vigor desde meados dos anos 1970. Isto é, mais do que alterações dos princípios que regem as políticas sociais contemporâneas na América Latina a partir dos anos 1990, representam um aprofundamento e expansão das políticas sociais aplicadas a partir dos golpes de Estado dos anos 1960 e 1970.

Ou seja, os casos chileno, mexicano e brasileiro demonstram como as políticas sociais focalizadas, tão difundidas sob a égide do neoliberalismo a partir dos anos 1990 na América Latina, correspondem muito mais à incapacidade/impossibilidade de construção de uma sociedade mais igualitária e justa, do que propriamente um avanço qualitativo no trato das questões sociais no continente. Mesmo os avanços quantitativos, em ter-

mos dos recursos destinados às políticas sociais, representaram muito mais uma resposta ao agravamento da questão social do que um avanço ou melhoria das condições de vida das classes menos favorecidas.

Portanto, pontuamos a necessidade de revitalizar algumas categorias de análise, em especial a superexploração da força de trabalho. Isso significa evidenciar o desenvolvimento do capital, assim como suas contradições e crises, na conformação de um novo padrão de acumulação e de dependência sob o jugo do capital fictício, do sistema financeiro e das políticas neoliberais. Consideramos ainda que a hegemonia do capital fictício e o processo de alienação humana se desenvolveram em escala global, enquanto a perspectiva socialista custava a renascer após o desmoronamento do bloco soviético, do muro de Berlim e das crises nas revoluções socialistas. Tal situação dificulta e impõe barreiras à ampliação e disseminação da organização dos trabalhadores como classe em si e classe para si, e nos requer uma práxis reflexiva, crítica e transformadora, que desnude os processos específicos dos movimentos sociais na América Latina.

A organização dos capítulos deste livro passa por dois eixos, que têm como objetivo analisar a realidade latino-americana a partir de recortes teóricos e práticos específicos das ações do Grupo de Estudos Marxistas da Dependência – Coletivo Anatólia de Melo, junto ao Grupo de Trabalho sobre a Teoria Marxista da Dependência da Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP) e do Grupo de Trabalho Crise e Economia Mundial do Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (Clacso). O primeiro eixo, “Teoria marxista da dependência: história, categorias e revolução socialista”, visa tratar a questão sob o ponto de vista da práxis reflexiva e de forma a demonstrar a pertinência desse referencial teórico para a análise de

aspectos que constituem e singularizam a forma de manifestação do processo de produção e reprodução capitalista e da luta de classes latino-americana. Tais capítulos representam uma síntese crítica da controvérsia contemporânea a partir da categoria da superexploração da força de trabalho, em termos analíticos e concretos.

Desse modo, os textos que compõem esse primeiro eixo têm como objeto explicitar a categoria “superexploração do trabalho” e sua atualidade para a análise da produção e reprodução do capitalismo na América Latina. Demonstra-se assim a pertinência desta categoria para a análise concreta das condições específicas de produção e reprodução econômica e sua relação com a questão agrária nos países latino-americanos, conforme exposto por Moreira no primeiro texto deste livro, intitulado “Dependência, superexploração e a questão da terra na América Latina”, e também no segundo texto, de autoria de Santos, “A superexploração da força de trabalho enquanto categoria específica da acumulação e apriação de riqueza nos países dependentes”. Em nível teórico, os textos de Pereira e de Silva Amaral ressaltam a especificidade e atualidade dessa categoria para a necessária apreensão do processo de reprodução econômica no continente latino-americano. Nesse eixo, encontra-se ainda a análise sobre a especificidade da situação da mulher latino-americana, tanto em termos de sua condição no contexto da produção e reprodução dependente, conforme explicitado em “A trabalhadora rural no capitalismo dependente”, texto de Prates do Amaral, quanto da perspectiva revolucionária de superação da condição de dependência, presentes em “Feminismo e revolução socialista na América Latina” de autoria de Moreira.

O segundo eixo gira em torno do tema “Movimentos sociais e revolução na América Latina”. Apresenta-se o debate

a partir de perspectivas e práticas presentes na atuação dos movimentos sociais contemporâneos. Nesse sentido, o sétimo artigo, de Borges *et al.*, ressalta no nível teórico a atualidade, a pertinência e a especificidade desta categoria para a compreensão do processo contemporâneo da produção e reprodução capitalista latino-americano contemporâneo. O oitavo texto, “Dependência no século XXI e o saque aos tesouros das terras latinas”, de Moreira, versa sobre a questão agrária e a aquisição de terras por estrangeiros na América Latina. O nono texto, “Políticas neoliberais, dependência e reforma agrária no Brasil” de Moreira *et al.*, constitui uma análise da reforma agrária no Brasil no contexto neoliberal e dependente. Assim como no texto “Mulheres Sem Terra e a construção do feminismo camponês popular na América Latina”, Moreira e Amaral destacam a importância das famílias e das mulheres camponesas no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e nas experiências protagonizadas pelas camponesas na construção do feminismo. Em seguida, no capítulo décimo primeiro, “Políticas sociais no Chile: uma perspectiva histórica das políticas liberais e seus limites”, Mendonça faz uma análise das políticas neoliberais no Chile, políticas estas que foram pioneiras e importantes para o estabelecimento do neoliberalismo radical, imposto por uma das ditaduras mais perversas da América Latina. Demonstra-se, assim, o quanto a evolução e alterações institucionais estão mais ligadas ao aspecto político do que a questões técnicas, econômicas e jurídicas. O décimo segundo e último texto deste eixo, “Arquipélagos de politização na América Latina: o zapatismo mexicano e suas ressonâncias”, de autoria de Míllan, trata do movimento zapatista. Movimento insurgente, anticapitalista e anticolonial e, portanto, radicalmente transformador e criador das condições de alteração das condições de sociabilidade latino-americanas

determinadas pelo capital. Por fim, destacamos que os leitores encontrarão o uso de diferentes terminologias para o mesmo conceito, o que é consequência da escolha de cada autor, visto que cada capítulo é independente e optamos por manter a forma como os conceitos foram tratados originalmente pelos autores, refletindo cada momento da história e seu desenvolvimento teórico.